



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

**1.1** Contratação de empresa para prestação de **Serviço de coleta e descarte de resíduos do Grupo B, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde** conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

<b>1.2</b>	<b>Requisitante:</b>	Coordenação de Assistência Farmacêutica
<b>1.3</b>	<b>Fundamentação legal:</b>	Dispensa de Licitação, Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/21.
<b>1.4</b>	<b>Período:</b>	Trinta dias para o Item 01 e um ano para o item 02 (Com possibilidade de prorrogação do item 02 conforme artigos 106 e e 107 da Lei 14.133/21).
<b>1.5</b>	<b>Tipo:</b>	Menor preço unitário (Art. 33, I) Lei nº 14.133/21

**1.6** Contratação de empresa para prestação de serviço de coleta e descarte de resíduos do Grupo B, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
<b>Código de Despesa: 3.3.90.39.99</b>				
<b>1</b>	<b>Serviço de coleta ÚNICA</b> , transporte e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) do Grupo B. Coleta única de um	<b>19380</b>	UN	<b>1</b>



	lote de aproximadamente 10.000 L (dez mil litros) de insumos farmacêuticos e químicos inservíveis para descarte (Resíduos do Grupo B, compreendendo medicamentos com validade expirada, avariados ou fora de especificação), referente ao passivo armazenado no Almoxarifado Central da Saúde. O serviço inclui o transporte em veículo licenciado com manifesto de transporte, tratamento conforme legislação, e emissão do Certificado de Destinação Final (CDF).			
2	<b>Serviço de coletas PERIÓDICAS</b> , transporte e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) do Grupo B. Coleta Quadrimestral (totalizando três coletas anuais) de até 3.000 L (três mil litros) por coleta, de insumos farmacêuticos e químicos inservíveis gerados na rotina das unidades. Os locais de coleta serão as Unidades de Saúde indicadas pela Secretaria Municipal de Saúde  O serviço inclui o transporte em veículo licenciado com manifesto de transporte, tratamento conforme legislação, e emissão do Certificado de Destinação Final (CDF).	19380	ANO	1

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8. O Serviço a ser contratado se enquadra na classificação de serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso X da Lei 14.133/2021, a ser contratado(a) mediante dispensa de licitação, em sua forma eletrônica.

1.9. A presente contratação enquadra-se como fornecimento contínuo, de caráter permanente, com possibilidade de prorrogação para o item 02 de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei 14.133/21.



## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Aquisição dos itens se dará por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento no Art.75, inciso II, critério de julgamento menor preço por item nos termos do art. 33, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

3.3. Visto o valor estimado para a contratação, através de breve pesquisa, a Dispensa de Licitação é a forma de aquisição que melhor se adequa. O critério de julgamento por menor preço por item garante ampla competitividade para cada uma das necessidades distintas (a coleta única do passivo e o serviço periódico).

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade inerentes à descrição do objeto, que visa a mitigação de um passivo ambiental, devem ser atendidos os seguintes requisitos durante a execução do contrato:

4.1.1. A Contratada deverá conduzir todas as suas ações em estrita conformidade com a legislação ambiental vigente, incluindo, mas não se limitando, à RDC nº 222/2018 da ANVISA e à Resolução nº 358/2005 do CONAMA. O tratamento final dos resíduos deverá ser, obrigatoriamente, por incineração ou coprocessamento, sendo vedada qualquer outra forma de descarte, como o lançamento em aterros sanitários. Para os resíduos que contenham substâncias ou medicamentos sujeitos a controle especial, deverão ser observadas, adicionalmente, as diretrizes da Portaria SVS/MS nº 344/1998 e suas atualizações, garantindo a rastreabilidade e a prevenção de desvios.

4.1.2. A Contratada deverá garantir a segurança e a saúde de seus colaboradores, cumprindo todas as Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis ao manuseio e transporte de resíduos perigosos. A execução do serviço deve eliminar o risco de desvio de substâncias controladas e proteger a saúde da comunidade contra contaminações.



4.1.3. A Contratada deve possuir e manter toda a estrutura necessária para a execução do serviço, garantindo que o preço ofertado contemple todos os custos diretos e indiretos, sem cobranças adicionais que onerariam a Administração.

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, exclusivamente para a etapa de tratamento e destinação final (incineração ou coprocessamento), nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação das parcelas principais da obrigação, que consistem na coleta, transporte, gestão documental e responsabilidade técnica geral pelo serviço.

4.2.2. Caso a empresa licitante não seja a proprietária da unidade de tratamento final, deverá apresentar, na fase de habilitação, declaração de contrato ou compromisso formal com a empresa parceira que realizará o tratamento, a qual também deverá possuir todas as licenças ambientais pertinentes para tal atividade.

4.3. Não haverá exigência da garantia de execução prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. A dispensa da garantia se justifica pois os riscos da contratação são mitigados por outros meios: a exigência de licenciamento rigoroso, o baixo valor do contrato e o fato de que o pagamento estará estritamente vinculado à comprovação da execução do serviço, mediante a entrega do Certificado de Destinação Final (CDF).

4.4. Ao término do contrato, a Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, repassando à Administração ou à nova empresa contratada todos os dados, documentos e relatórios referentes aos serviços executados.

4.5. A avaliação prévia do local de execução é facultada aos interessados. Para o Item 01, a vistoria ao local de armazenamento do passivo (Almoxarifado Central) poderá ser agendada com o setor requisitante. A não realização da vistoria implica na aceitação tácita, por parte da licitante, de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades do serviço, não podendo embasar futuras alegações de desconhecimento para justificar o não cumprimento de suas obrigações.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

### **5.1. Modelo de Execução do Objeto**

5.1.1. Prazo e Cronograma de Execução: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com a execução dos serviços seguindo o cronograma abaixo:

5.1.1.1. Item 01 (Coleta Única): A coleta do volume total de 10.000 L deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da primeira Ordem de Serviço.

5.1.1.2. Item 02 (Coletas Periódicas): Serão realizadas 3 (três) coletas quadrimestrais ao longo da vigência do contrato. As datas de cada coleta serão agendadas em comum acordo entre a Contratada e o fiscal do contrato, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.



#### 5.1.2. Locais de Prestação do Serviço:

5.1.2.1. Item 01: A coleta será realizada em um único local: no Almoxarifado Central da Saúde, situado na Av. Conselheiro Julius Arp, nº 80, Centro – Nova Friburgo/RJ.

5.1.2.2. Item 02: As coletas serão realizadas nos endereços das Unidades de Saúde da rede municipal, a serem indicados pelo fiscal do contrato no momento do agendamento de cada serviço.

5.1.3. Materiais e Recursos a serem Disponibilizados pela Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os recursos necessários, sem ônus adicional para a Administração, incluindo:

5.1.3.1. Veículos apropriados e licenciados para o transporte de resíduos perigosos (Grupo B).

5.1.3.2. Equipe técnica qualificada e em número suficiente para a execução da coleta.

5.1.3.3. Todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários para sua equipe.

5.1.3.4. Instrumentos para pesagem ou medição do volume coletado, se aplicável, para controle interno e emissão da documentação.

5.1.4. Cada serviço de coleta deverá observar as seguintes etapas sequenciais:

5.1.4.1. A Contratada e o fiscal do contrato definirão a data e o horário da coleta.

5.1.4.2. A equipe da Contratada comparecerá ao local na data agendada, realizará o recolhimento de todo o material designado e efetuará o carregamento no veículo.

5.1.4.3. No ato da coleta, a Contratada deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), que atestará a remoção do material.

5.1.4.4. A Contratada realizará o transporte seguro dos resíduos até a unidade de tratamento final declarada em sua proposta.

#### 5.2. Modelo de Gestão e Fiscalização do Contrato:

5.2.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais designados pela Secretaria Municipal de Saúde, que atuarão como representantes da Administração para todos os atos relativos à execução do serviço.

5.2.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário para a regularização de falhas ou defeitos observados.

5.2.3. A Contratada deverá manter um preposto aceito pela Administração, facilmente contatável, para representá-la na execução do contrato, sendo o ponto de contato para agendamentos, solicitações e resolução de ocorrências.

5.2.4. A fiscalização por parte da Prefeitura não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, resultantes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

5.2.5. A Contratada é a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.



## 6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 6.1. Critérios de Medição do Serviço:

6.1.1. A medição dos serviços se baseará na comprovação objetiva e documental da execução completa e satisfatória de cada serviço contratado.

6.1.2. A unidade de medida para fins de faturamento será: a) Para o Item 01: "Serviço", correspondente à coleta única e destinação final do volume total de 10.000 L. b) Para o Item 02: "Coleta Quadrimestral", correspondente a cada um dos 3 (três) eventos de coleta de até 3.000 L realizados ao longo do ano.

6.1.3. O critério de aceitação para cada serviço, que autoriza o processo de faturamento, é a entrega e validação, pela Contratada, da seguinte documentação cumulativa:

a) Cópia do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), devidamente preenchido e assinado no momento da coleta.

b) O Certificado de Destinação Final (CDF), emitido pela empresa tratadora, que comprova a destruição ambientalmente correta dos resíduos coletados.

6.1.4. Caso a Contratada deixe de executar as atividades ou não apresente a documentação comprobatória, será indicada a retenção ou glosa no pagamento do respectivo serviço, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.

### 6.2. Recebimento do Objeto

6.2.1. Recebimento Provisório: Ocorrerá no ato de cada coleta, mediante a assinatura do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) pelo fiscal do contrato.

6.2.2. Recebimento Definitivo: Ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a entrega formal, pela Contratada, do respectivo Certificado de Destinação Final (CDF) referente à coleta. O fiscal emitirá um Termo de Recebimento Definitivo.

6.2.3. Caso a documentação apresentada esteja em desacordo com as especificações, a Contratada será notificada para corrigir a falha em até 10 (dez) dias úteis, às suas custas.

### 6.3. Condições de Faturamento

6.3.1. Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a Contratada estará autorizada a emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondente.

6.3.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome de:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE \* CNPJ: 11.399.442/0001-79 Endereço: AVENIDA ALBERTO BRAUNE,  
Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.



6.3.3. A Nota Fiscal deverá conter os dados bancários (Banco, Agência e Conta Corrente) da Contratada.

#### 6.4. Condições de Pagamento

6.4.1. O pagamento será efetuado conforme os trâmites e prazos estabelecidos no Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023.

6.4.2. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, a regularidade fiscal e trabalhista, que será verificada antes de cada pagamento.

6.4.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal por erros, o prazo para pagamento será contado a partir da data de sua reapresentação corrigida.

6.4.4. Deverão ser observados os dispositivos do Decreto Municipal nº 2.480/2023, que dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda na fonte.

### 7. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

7.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como: a) SICAF; b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS; c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

7.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



7.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

**7.12.1. Habilitação Jurídica:** Conforme o tipo de empresa (Empresário individual, Sociedade Empresária, etc.), apresentando o documento de registro correspondente (inscrição na Junta Comercial, contrato social, etc.). Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**7.12.2. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:**

- A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (certidão conjunta RFB/PGFN);
- C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- D) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- E) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;
- F) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor.

**7.12.3. Qualificação Técnica:**

- A) Licença de Operação (LO), emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) ou órgão ambiental competente, válida, que autorize expressamente a empresa para as atividades de coleta e transporte de Resíduos de Serviços de Saúde do Grupo B (Químicos).
- B) Comprovação de Capacidade de Destinação Final, por meio de declaração ou contrato com empresa terceira que possua licença ambiental válida para o tratamento de resíduos por incineração, coprocessamento
- C) Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- D) Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor, e a Administração poderá realizar diligências para comprovar a legitimidade dos mesmos.





7.13. Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

7.14. As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial.

7.15. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

7.16. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida. Em sendo sócio, proprietário ou dirigente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social.

7.17. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e haja a anuência expressa da Administração.

## **8. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

### **8.1. Da Contratada:**

8.1.1. Atender a todas as solicitações para a prestação do serviço, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

8.1.2. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência na prestação do serviço, de acordo com as especificações constantes no Edital e na legislação aplicável;

8.1.3. Realizar os serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, emitindo a devida documentação de transporte (Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR) e o Certificado de Destinação Final (CDF);

8.1.4. Reparar, corrigir ou remediar, às suas expensas, no todo ou em parte, quaisquer danos ambientais ou materiais que se verifiquem em decorrência de incidentes na prestação do serviço, como vazamentos ou acidentes no transporte;



8.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante na execução do serviço ou na documentação apresentada;

8.1.6. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a regularidade de sua operação e da cadeia de tratamento, como licenças ambientais, alvarás e contratos com as unidades de tratamento final;

8.1.7. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato, exceto na forma e nos limites permitidos neste Termo de Referência;

8.1.8. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

8.1.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, inclusive ambientais, físicos ou materiais, causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência ou imprudência;

8.1.10. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

8.1.11. Garantir a rastreabilidade completa do resíduo, desde a coleta até a sua destruição final, responsabilizando-se pela veracidade e pela correta emissão de toda a documentação comprobatória (MTR e CDF), atendendo também às exigências específicas para substâncias controladas pela Portaria SVS/MS nº 344/1998.

8.1.12. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a Contratante por todo o período de contratação, comunicando imediatamente qualquer alteração.

## **8.2. Da Contratante:**

8.2.1. Comunicar à Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas à prestação dos serviços;

8.2.2. Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma estipulada neste Termo de Referência e no Contrato;

8.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

8.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações do contrato;

8.2.5. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da Contratada;



8.2.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

8.2.7. Prestar à Contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

8.2.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

9.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a contratada que:

9.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração;

9.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação;

9.2.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa;

9.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

9.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa as seguintes sanções: 9.3.1. Advertência; 9.3.2. Multa; 9.3.3. Impedimento de licitar e contratar; 9.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.4. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo no prazo estipulado.

9.5. Multa moratória no percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela em atraso, por dia de atraso na execução do serviço ou na entrega da documentação comprobatória (CDF), até o limite máximo de 10% (dez por cento), o que poderá ensejar a rescisão do contrato.



9.6. Impedimento de participar em licitação e de contratar com a Administração, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

9.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

9.9. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria de Licitação e Planejamento, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_66\\_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html).

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais Do Fundo Municipal de Saúde	30001.1012200812.190	1600	3.3.90.39.38



## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

12.2. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

12.3. Este documento foi elaborado tendo como base o modelo disponibilizado na página da Controladoria Geral do Município, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

Nova Friburgo/RJ, 05 de novembro de 2025.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> <b>Matheus Barros de Lima</b>	<hr/> <b>Ana Clara Iorio</b>
<b>Matr.: 302.645</b>	<b>Matr.: 063.497</b>

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo

### O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

**Gabriel Costa Wenderroschy**

**Secretário de Saúde**

**Mat. 063.454**